

Apenas uma batalha

A CPI do Orçamento cumpriu papel de enorme importância histórica. O Congresso iniciou um processo de autodepuração em larga escala, inédito em seus anais, e o que se espera agora é que a Comissão de Constituição e Justiça e os plenários da Câmara e do Senado, que deverão apreciar as recomendações de cassações de mandato, façam a sua parte. É verdade que o trabalho da CPI poderia e deveria ter ido ainda mais longe, mas é também forçoso reconhecer que, para os padrões brasileiros, ele representou um bom passo.

As manobras, conchavos, pressões e apelos dramáticos para salvar da inclusão no relatório final um certo número de parlamentares mostram a dificuldade que tiveram os membros da CPI para levar a termo o seu trabalho. Nos últimos dias, essa dificuldade foi particularmente grande, com as tropas de choque de suspeitos bem relacionados tentando de tudo para salvá-los — no plenário, nos corredores, nas subcomissões.

É nas horas difíceis que os homens se revelam e, nesse sentido, essa CPI prestou outro relevante serviço — o de mostrar à opinião pública quem é quem. Por sua atuação firme e isenta, tanto o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), como o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), por exemplo, saem engrandecidos desse episódio. O mesmo não se pode dizer de outras personagens. Se as pressões sobre a CPI se intensificaram na última fase dos trabalhos, foi porque receberam o poderoso incentivo da bem-sucedida manobra que livrou os deputados Miguel Arraes (PSB-PE) e Roseana Sarney (PFL-MA) até mesmo de prestar depoimento. O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), sempre tão moralista, esforçado e agressivo, pronto a apontar o dedo acusador quando isso lhe interessa e ao seu partido, acabou tristemente travestido de **pizzaiolo** no caso Arraes/Roseana.

O episódio foi negativo não apenas porque deu o privilégio da impunidade a dois parlamentares sobre os quais pairavam fortes suspeitas de envolvimento no escândalo mas porque fomentou as pressões para salvar outros suspeitos. Ele cria também o risco de comprometer a credibilidade de tudo mais que a CPI fez de positivo, e que é muito. O acordo do PT com o grupo do ex-presidente e senador José Sarney, para livrar Roseana e receber em troca apoio para dificultar a instalação da CPI da CUT, ficará como uma nódoa nos trabalhos da CPI.

Pesará negativamente sobre a CPI também o fato de um grande número de parlamentares suspeitos de manobras escusas, tanto na manipulação de verbas orçamentárias como nas relações com empreiteiras, não terem sido ouvidos “por falta de tempo”. Teria sido muito melhor — como, aliás, era a intenção inicial da CPI — divulgar relatórios parciais e prolongar seus trabalhos até concluir todas as investigações. Se houve tempo para investigar uns, deveria ter havido tempo para investigar os demais, pois agora não haverá como eliminar a suspeita de que o

Congresso continua a ser integrado por muitos membros de honestidade duvidosa.

Apesar de tudo, não se apaga o mérito de, no balanço geral, a CPI do Orçamento ter desempenhado um papel histórico da maior relevância, ao pôr a nu parte importante do vasto esquema de corrupção que há muito domina a administração pública. Mesmo que alguns peixes de variado tamanho tenham escapado, se os plenários da Câmara e do Senado seguirem as recomendações da CPI, o Congresso dará um exemplo de coragem aos outros poderes da República. Num país de forte espírito corporativo como o nosso, não é fácil uma instituição cortar a própria carne, mas a esta altura tudo indica que é possível.

A exemplo do que já acontecera com a CPI do PC, a CPI do Orçamento deu mais um passo na longa caminhada para a moralização dos nossos costumes políticos e administrativos. É preciso ter em mente, porém, que falta muito a fazer. Não se pode esquecer que os “anões” e seus cúmplices tinham acesso a não mais que 3% do Orçamento da União. Estamos apenas tocando a ponta do **iceberg**. É no Executivo, que detém o poder de liberar todas as verbas orçamentárias e de decidir e licitar as grandes obras, como estradas, usinas hidrelétricas e obras de infra-estrutura em geral, que sempre envolvem contratos multimilionários (alguns, até, multibilionários em dólares), que estão os principais focos de corrupção e de privilégios de uma burocracia arrogante e ineficiente. E nesta área quase nada ainda foi feito.

Embora não tenha tido o mesmo destaque da que cuidou do Orçamento, a CPI da Previdência já levantou rombos da ordem de US\$ 1,5 bilhão, quantia inimaginável para os “anões” do Orçamento. Os contratos superfaturados de obras e compras com certeza multiplicarão várias vezes os rombos da Previdência. Há ainda — e este talvez seja o principal — esse fenômeno exclusivamente brasileiro que é a corrupção formalmente legalizada que permite o saque permanente do Tesouro, feito em nome da famigerada isonomia salarial e dos privilégios corporativos, tanto na administração direta como nas empresas estatais. Se as transferências irregulares das estatais para os fundos de pensão de seus funcionários, de cerca de US\$ 3,7 bilhões nos últimos três anos — e esta é apenas um exemplo —, põem no chinelo os rombos da Previdência, que dizer de todas as outras transferências imorais, legalizadas em conchavos corporativistas entre políticos, sindicatos e empresas públicas, que se fazem diariamente e há anos a fio neste país?

“O que mais me impressionou ao longo dessa CPI foi verificar que o País foi posto a saque e que a União é órfã” — declarou o deputado Roberto Magalhães. Se ele voltar os olhos para o que se passa no âmbito do Executivo, seu espanto será muitas vezes maior. A guerra ao saque a que está sendo submetido o País tem de continuar. A CPI do Orçamento foi apenas uma batalha, à qual outras deverão se seguir.